

Partido com maior representação na Casa, PMDB indica Renan Calheiros sem contestações

Consenso marca escolha do presidente do Senado



José Sarney: balanço positivo

Pela tradição do Senado, o presidente da Casa deve pertencer ao partido majoritário, que no caso atual é o PMDB, com 23 senadores. Assim, no dia 1º de fevereiro, o partido escolheu o senador Renan Calheiros para o cargo. A Mesa diretora será eleita nesta segunda-feira (14). Pelo regimento, qualquer senador pode se lançar candidato a um dos sete cargos da Mesa. Na prática, é a representação proporcional que define os cargos que cabem a cada partido. Segunda maior bancada, com 17 senadores, o PFL é o próximo a escolher o

cargo a ser ocupado. Com extensa carreira política, líder do PMDB há quase quatro anos, Renan Calheiros se elegeu senador pela primeira vez em 1994, reeleito em 2002 com a maior votação proporcional do país. Presidente do Senado nos últimos dois anos, José Sarney destaca a votação das reformas tributária, da Previdência e do Judiciário, além da Lei de Falências, das parcerias público-privadas e do Estatuto do Desarmamento. Nesse período, o Senado examinou 3 mil matérias, entre projetos de lei, reformas constitucionais e mensagens presidenciais.



Renan Calheiros: definição tranqüila

PÁGINA 3

COMISSÕES

As comissões permanentes do Senado começam a eleger seus presidentes e vices. A importância dessas escolhas reside no fato de que muitos projetos podem ter decisão final nas comissões.

PÁGINA 2

TV BRASIL

Com transmissões em português e espanhol, via satélite, a TV Brasil, canal internacional, poderá entrar em operação este ano. Acordo de cooperação entre os três Poderes foi assinado dia 10.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 9

FRASES

Página 9

VOZ DO LEITOR

Página 9

CONHEÇA O SENADO

Página 11

cidadania



Projetos de senadores visam facilitar recuperação de desaparecidos

Ajude a localizar as crianças desaparecidas

PÁGINA 12

Decisão sobre venda de armas deve sair em outubro

Projeto estabelecendo referendo para que brasileiros decidam sobre proibição do comércio de armas está em exame na Câmara dos Deputados.

PÁGINA 4

Proposta de Jereissati dá autonomia a agências reguladoras

Emenda constitucional de Tasso Jereissati encontra-se em fase adiantada de tramitação. Governo dá prioridade à Lei Geral das Agências Reguladoras.

PÁGINA 6

Congresso discute novas regras para exame de MPs

PÁGINA 5



Antonio Carlos acredita que mudanças podem ser aprovadas neste semestre

gendagendaendagendaendagengendgendaagendaendagendaendagendaendaendagenda

Presidência das comissões em disputa

Com a abertura dos trabalhos do Congresso Nacional na terça-feira, as comissões permanentes da Casa começam a eleger seus presidentes e vice-presidentes, que, pelo Regimento Interno, não podem ser reeleitos. A importância dessas escolhas reside no poder que têm hoje essas comissões de decidir terminativamente sobre matérias sujeitas à deliberação do Senado.

Com isso, mais da metade dos projetos de lei e de resolução em tramitação na Casa podem dispensar a deliberação em Plenário, caso não haja recurso em contrário de um décimo do número de senadores, no prazo de cinco dias úteis. Também em razão do poder compartilhado com o Plenário, o trabalho das comissões permanentes absorve hoje a maior parte do dia do senador, o que explica as negociações para a representação numérica nesses colegiados.

A liderança do PT no Senado, por

exemplo, espera apenas oficializar o nome do senador Delcídio Amaral (PT-MS) em substituição a Ideli Salvatti (PT-SC) na liderança da bancada, para decidir se muda algum dos seus integrantes nas comissões permanentes.

A estrutura da representação numérica de partidos e blocos nas comissões permanecerá como foi definida no início de 2003, quando começou a atual legislatura. Apenas na hipótese de os partidos desejarem substituir parlamentares nas comissões é que isso deverá ser comunicado ao Plenário, a partir da quarta-feira.

De acordo com o artigo 81 do Regimento Interno, o lugar na comissão pertence ao partido ou bloco. O regimento também estabelece que, na substituição de membro da comissão que se desligar do partido ao qual pertence, não será alterada, até o encerramento da sessão legislativa, a proporcionalidade

estabelecida.

Como há possibilidade de modificações nas bancadas, podendo, por exemplo, o PPS ficar sem dois senadores, a expectativa é de que, a partir de quarta-feira, mude o peso dos partidos no Senado e as lideranças se reúnam para decidir que alterações farão em suas representações nas comissões. Entrarão também em ação os acordos políticos que definem, por critério de proporcionalidade, quantas presidências caberão a cada partido.

Esses entendimentos são centrais no poder que têm hoje as comissões, sendo as mais cobiçadas a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a de Assuntos Econômicos (CAE). A praxe é que a maior bancada da Casa escolha primeiro. Em 2003, esse entendimento político destinou a CAE para ser presidida pelo senador Ramez Tebet (MS), do PMDB, e a CCJ para o senador Edison Lobão (MA), do PFL.

Comissões permanentes

Senado Federal

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

CAS - Comissão de Assuntos Sociais

CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE - Comissão de Educação

CFC - Comissão de Fiscalização e Controle

CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CLP - Comissão de Legislação Participativa

CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CDRAT - Comissão de Desenvolvimento Regional, Agricultura e Turismo

Congresso Nacional

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bancadas maiores dominam cargos

No preenchimento dos cargos da Mesa Diretora e das presidências das comissões permanentes do Senado, PMDB (23 senadores), PFL (17), PSDB (13) e PT (13), por serem as maiores bancadas, têm direito a vários postos. Às pequenas bancadas, como as do PDT (4), PSB (3), PL (3), PPS (2), PTB (2) e PSOL (1), resta a oportunidade de receber um posto como cortesia ou se contentar com uma das quatro suplências da Mesa ou as vice-presidências das nove comissões permanentes.

Segundo o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), a bancada não abre mão de ter a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A indicação será feita em reunião nesta segunda-feira.

Os nomes mais cotados pelo PMDB para a presidência da CAE são os de Romero Jucá (RR) e Ney Suassuna (PB). Eles, ao lado de Ramez Tebet (MS), também são citados para exercer a liderança do partido na Casa.

Segundo o líder do PFL, José Agripino (RN), o partido quer a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que está reservada para Antonio Carlos Magalhães (BA). O PFL reivindica, ainda, a 1ª Secretaria da Mesa, cargo que deverá ser ocupado pelo senador Efraim Morais (PB).

Para Arthur Virgílio, líder do PSDB, o partido pretende manter a harmonia com o PT, "mas sem criar saia justa", diz, referindo-se ao número igual de senadores dos dois partidos. O PSDB está

reivindicando a presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional, Agricultura e Turismo (CDRAT). O nome escolhido para comandá-la é o do senador Tasso Jereissati (CE). Os tucanos também têm interesse na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), uma vez que o senador José Sarney (PMDB-AP), lembrado para o cargo, já declarou que não pretende presidir nenhuma comissão.

O PT é o partido que mais segredo mantém sobre suas pretensões. Pessoas ligadas ao partido afirmam que a atual líder, Ideli Salvatti (SC), tem interesse em presidir a Comissão de Educação (CE), que também interessa a Cristovam Buarque (DF). Na Mesa, o cargo de 1º vice estaria reservado a Tião Viana (AC).

Base do governo define prioridades para o semestre

Os líderes partidários da base aliada do governo reuniram-se na sexta-feira para definir as matérias mais importantes que deverão constar da pauta de votações no primeiro semestre do novo período legislativo. Entre os pontos negociados até agora estão, segundo o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, as mudanças no processo de tramitação do Orçamento Geral da União e do rito das medidas provisórias (MPs); a conclusão da reforma do Judiciário com 20 projetos de lei; as alterações na legislação das agências reguladoras; e os projetos na área tributária que ainda dependem da reforma que tramita na Câmara dos Deputados.

Ainda estamos discutindo com diversos partidos para ver se conseguimos incluir a reforma política - explicou Mercadante.

O parlamentar ressaltou a im-

portância de manter o ritmo de produção do Senado verificado em 2004.

A Casa produziu muito e conduziu seus trabalhos buscando acordos pela negociação de mérito, não importando quem fosse o autor da proposta - avaliou ele.

Segundo o senador, os entendimentos dentro da base aliada estão voltados para a composição das Mesas do Senado e das comissões, e para a possibilidade de criação de mais uma comissão permanente, que trataria especificamente de agricultura e meio ambiente. Isso significaria retirar o setor agropecuário da Comissão de Desenvolvimento Regional, Agricultura e Turismo. Mercadante informou ainda que estão sendo discutidas mudanças para fortalecer a Comissão de Legislação Participativa (CLP), "talvez mudando a natureza da comissão".

Plenário

SEGUNDA-FEIRA - 16h: Reunião preparatória

Eleição - Os senadores se reúnem no Plenário da Casa para eleger o novo presidente do Senado Federal e, em seguida, os demais membros da Mesa Diretora, dois vice-presidentes e quatro secretários.

TERÇA-FEIRA - 16h: Sessão conjunta do Congresso

Abertura dos trabalhos - Os parlamentares participam de sessão conjunta do Congresso Nacional para a inauguração da sessão legislativa, no Plenário da Câmara dos Deputados. Na ocasião, será lida mensagem da Presidência da República por um enviado do presidente, que, geralmente, é o ministro da Casa Civil. A assessoria do ministro José Dirceu informou que a parti-

cipação na sessão solene consta na sua agenda, mas que ainda não há uma confirmação formal. No ano passado, Dirceu participou da inauguração da sessão legislativa.

QUARTA/QUINTA/SEXTA - A definição da pauta de votações do Plenário para o restante da semana depende do presidente eleito na segunda-feira.

Comissões

Durante a semana, as comissões podem realizar reuniões para a eleição dos novos presidentes e vice-presidentes. A definição dos indicados aos cargos depende de acordos entre as lideranças partidárias e da escolha da nova Comissão Diretora do Senado.



Segundo José Agripino, líder do PFL, o partido quer a presidência da CCJ



Virgílio informa que os tucanos reivindicam o comando da recém-criada CDRAT e da CRE



Ideli Salvatti estaria em disputa pela presidência da Comissão de Educação

Jereissati deve comandar novo colegiado

A mais nova comissão permanente da Casa, de Desenvolvimento Regional, Agricultura e Turismo (CDRAT), terá sua primeira reunião na quinta-feira, quando serão eleitos o presidente e o vice. O nome mais cotado para presidir a comissão é o do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O colegiado terá 17 integrantes, ainda a serem indicados pelos partidos. O regimento assegura que a distribuição das vagas

será proporcional ao número de senadores de cada agremiação. Na prática, entretanto, vale o entendimento entre as maiores bancadas, o que abre espaço para as legendas pequenas.

A CDRAT foi criada em dezembro do ano passado, por projeto de resolução aprovado em Plenário. O texto votado foi um substitutivo, acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), elaborado pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI)

a partir de projeto original do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), propondo a criação de uma Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Alberto Silva aproveitou projetos dos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), Romero Jucá (PMDB-RR), Aelton Freitas (PL-MG) e Amir Lando (PMDB-RO), solicitando a criação de comissões permanentes. A CDRAT também agrupou as funções delineadas pelos vários projetos.

gendagendaendagendaendagengendgendaagendaendagendaendagendaendagenda

Consenso marca eleição no Senado

O Senado elege nesta segunda-feira (14) a Mesa que comandará os trabalhos das duas últimas sessões legislativas da 52ª Legislatura. Às 16h, haverá a primeira reunião preparatória, quando será eleito o presidente da Casa para o biênio 2005/2006, por escrutínio secreto e maioria simples de votos.

O Regimento Interno exige a presença de, pelo menos, a metade da composição da Casa mais um senador, ou seja, 41 senadores. Com um único can-

didato, a votação será feita pelo painel eletrônico. Se houvesse mais de um candidato, seriam usadas cédulas nominais.

Pela tradição, o presidente deve pertencer ao partido majoritário, no caso atual o PMDB, com 23 senadores. Acordo partidário pode alterar isso, como na eleição do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), quando o maior partido era o PMDB.

Depois de eleito, o novo presidente dirigirá reuniões preparatórias para eleger os demais

integrantes da Mesa: o primeiro e o segundo vice, e os quatro secretários e quatro suplentes, sempre por votos secretos. Como no caso da Presidência, com candidatura única, a escolha é feita por meio do painel eletrônico.

Durante as reuniões preparatórias, os senadores não usam a palavra, a não ser para declaração relacionada às eleições. Falam apenas o presidente da sessão, para encaminhar as votações, e os candidatos eleitos, para fazer breves comunicados.

Como maior bancada, PMDB indicou Renan

Pelo regimento, qualquer senador pode se lançar candidato a um dos sete cargos da Mesa. Mas, na prática, é a representação proporcional que define os cargos que cabem a cada partido, que indica os seus representantes na Mesa.

Pela composição partidária atual, cabe ao PMDB o cargo de presidente. E o partido já escolheu o senador Renan Calheiros (AL) como candidato no último dia 1º de fevereiro.

Segunda maior bancada do Senado, com 17 senadores, o PFL é o próximo a escolher o cargo a ser ocupado, provavelmente a 1ª Secretaria. Os senadores Edison Lobão (MA) e Efraim Morais (PB) disputam a indicação.

PT e PSDB empatam em número de senadores, 13 cada um. Com duas recentes adesões – os senadores Almeida Lima (SE) e Fernando Flexa Ribeiro (PA), que assumiu a vaga do senador Ducimar Costa (PTB-PA), eleito

para a prefeitura de Belém –, a tendência é que a terceira escolha seja do PT, que deverá indicar para a 1ª Vice-Presidência o senador Tião Viana (AC).

Com a quarta escolha, o PSDB deve indicar um dos dois senadores: Antero Paes de Barros (MT) e Alvaro Dias (PR).

Nesta terça-feira (15) serão reabertos os trabalhos do Legislativo, com sessão conjunta do Congresso Nacional, dirigida pelo novo presidente do Senado.

Processo de escolha da Mesa



Defesa da cidadania e luta contra o desarmamento

Líder do PMDB na Casa há quase quatro anos, Renan Calheiros (AL) foi eleito senador pela primeira vez em 1994 e reeleito em 2002 com a maior votação proporcional do país.

Com uma extensa carreira política, Renan foi dirigente estudantil e deputado estadual, quando liderou a oposição na Assembléia Legislativa de Alagoas. Como deputado constituinte, foi autor da proposta do voto aos 16 anos e vice-líder do PMDB, em 1986/1987. Em 1990, ocupou a liderança do governo na Câmara.

O senador também foi 2º secretário do Senado entre



Renan Calheiros

1995 e 1997 e ministro da Justiça de 1998 a 1999, quando lutou pelo desarmamento, combateu o crime organizado, patrocinou a cidadania e reprimiu abusos de cartões de crédito, supermercados

e cartéis. Renan instalou ainda a primeira comissão de anistia, sobre indenizações a vítimas de perseguição política.

– Acho que ele fará uma grande administração. Naturalmente, dará continuidade ao trabalho já existente, dará sua contribuição. Vamos dar total apoio à sua administração – garantiu o senador José Sarney.

Reformas foram grande passo, afirma Sarney

Ao fazer uma retrospectiva da atuação do Senado Federal nos últimos dois anos, o presidente da Casa, José Sarney, afirmou que “o grande primeiro passo” dado pela Casa foi a votação das reformas há muito reclamadas – a tributária, a da Previdência e a do Judiciário. Também foram relevantes, na avaliação do senador, as votações da Lei de Falências, das parcerias público-privadas e do Estatuto do Desarmamento.

– Acho que tivemos um período muito importante. Em primeiro lugar, houve mudança do presidente da República. Isso cria uma fase de ajuste. Acho que conseguimos fazer com que essa fase fosse superada muito bem, num entendimento perfeito, harmônico, não só com o Poder Executivo mas também com o Poder Judiciário, e foi um período em que tivemos, talvez, uma grande calma na República entre os três Poderes. E

isso não tem sido muito comum, não – destacou Sarney.

Nos dois anos sob a presidência de Sarney, o Senado Federal apreciou cerca de três mil matérias, entre projetos de lei, reformas constitucionais e mensagens presidenciais, ainda que o grande número de medidas provisórias tenha alterado o ritmo dos trabalhos no Congresso, diminuindo a produtividade.

O senador destacou a aprovação, depois de 12 anos de tramitação, da proposta de reforma do Poder Judiciário, que, a seu ver, confirma a atual harmonia entre os três Poderes. Ele alerta que falta agora reformar a legislação processual, para eliminar entraves burocráticos e ampliar definitivamente o acesso à Justiça.

Próximo desafio é a reforma política

Para Sarney, reformar deve

ser um tema constante da política e, por isso, o Congresso não pode negligenciar a tarefa de modificar o instituto da medida provisória e enxugar o excesso de normas legais.

Para os próximos anos, Sarney entende que a reforma política é a mais necessária entre as que terão de ser votadas pelo Parlamento. Porém, ele considera que a tramitação não será fácil, por haver muitas divergências.

Administrativamente, Sarney investiu na visibilidade da atividade legislativa, ampliando os canais de comunicação com a sociedade. É com orgulho que ele se refere à agência, à rádio, a TV e o jornal da Casa, mencionando ainda a futura TV Brasil Internacional e o serviço Alô Senado como valiosos recursos para estreitar o relacionamento entre o Senado e a sociedade.

– Essa deve ser uma Casa aberta, onde tudo é feito sob o olhar do povo – sustenta.

Escolhas recentes para a Presidência

1999

Antonio Carlos Magalhães se elege para um segundo mandato



MÁRCIA KALLUME

2001



Jader Barbalho assume em fevereiro, mas em setembro deixa a Presidência

ROOSEVELT PINHEIRO

2001



MÁRCIA KALLUME

Indicado pelo PMDB, Ramez Tebet acompanha sua eleição para o cargo

2003



CÉLIO AZEVEDO

Candidato único, Sarney volta à cadeira que havia deixado em 1997

DESARMAMENTO

Adeus às armas: decisão poderá sair este ano

O projeto que estabelece a realização de referendo popular em outubro deste ano para que a população brasileira decida sobre a proibição do comércio de armas de fogo e de munições no país, aprovado pelo Senado Federal no ano passado, já conta com R\$ 210 milhões assegurados no Orçamento da União para 2005. A realização da consulta popular no dia 2 de outubro depende, agora, de aprovação na Câmara, que a examina em caráter terminativo para depois ser sancionada pelo presidente Lula.

O projeto de decreto legislativo (PDC 1.274/04) está sendo discutido na Comissão de Segurança

Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara, onde há pressão para que o referendo seja adiado para 2006, posição que é defendida pelo relator, Coronel Alves (PL-AP). O adiamento é contestado por Renan Calheiros (PMDB-AL), que foi o relator do projeto no Senado, e pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que relatou a matéria na Câmara. Os dois parlamentares têm participado de manifestações nos estados para que o referendo ocorra ainda este ano.

A consulta popular sobre a comercialização de armas e de munições, em 2005, está prevista no Estatuto do Desarmamento.

Diante da indefinição em torno

do assunto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mesmo disposto dos recursos necessários, vai aguardar pela decisão do Congresso Nacional e homologação do decreto, para iniciar o planejamento do referendo. O TSE deverá lançar ampla campanha nacional para esclarecer a população sobre o alcance dessa iniciativa, inédita no país.

Embora o ministro Sepúlveda Pertence não tenha ainda se pronunciado sobre o assunto, a possibilidade do adiamento da consulta para 2006 preocupa o Tribunal Superior Eleitoral, já que um possível debate acalorado pode desviar o foco das eleições.

Lei é inócua sem referendo, diz Renan

O senador Renan Calheiros, que foi o relator do Estatuto do Desarmamento no Senado, defende a realização do referendo em 2005, destacando que a consulta sobre armas de fogo representa uma experiência pioneira no mundo. Renan atribui à campanha de desarmamento e à vigência do estatuto, sancionado pelo presidente da República em dezembro do ano passado, a redução de homicídios em cidades como São Paulo, que foi de 18% entre janeiro e setembro - 2.630 mortes a menos.

O senador reiterou que "está comprometido com o esforço para que a consulta popular não sofra qualquer adiamento".

A Campanha da Fraternidade da CNBB, que este ano tem como tema "Solidariedade e Paz", terá papel fundamental na luta para que o referendo se realize em 2005, na opinião do senador. Para Renan, a consulta popular é a "peça-chave" do Estatuto do Desarmamento, e sem a sua realização, acredita o parlamentar, a lei "será inócua".

"Queremos garantir a data do referendo para definir os procedimentos seguintes da campanha pelo desarmamento. Somente depois de aprovada pelos deputados, a proposta poderá tomar



Renan (à direita, ao lado de Hélio Costa) prestigiou manifestação de parentes de vítimas de armas de fogo, em 4 de junho de 2003

formas concretas e ter seus detalhes definidos sobre como o referendo será realizado, quais são as perguntas da consulta e como será a campanha que deve ser efetivada", explica o senador.

A consulta popular conta com o apoio do ministro da Saúde, Humberto Costa, que lançou em novembro do ano passado a Carta do Desarmamento. "Se

nós conseguirmos banir as armas do comércio brasileiro vamos ter resultados cada vez mais importantes de redução dos índices de violência no país", afirma o ministro. Ao defender a proibição do comércio de armas de fogo no país, Humberto Costa informou que o Ministério da Saúde gastou, em 2004, R\$ 397,8 milhões com internações de vítimas da violência.

Thomaz Bastos: "Um marco na história do Brasil"

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, considera a campanha do desarmamento "um marco na história do Brasil", no que se refere ao combate à violência e à instituição de uma cultura de paz no país. De acordo com dados dos coordenadores da campanha, desde 15 julho de 2004 foram recolhidas mais de 228 mil unidades.

A Caravana do Desarmamento, comandada pelo ministro da Justiça, de outubro a dezembro do ano passado, aumentou o fôlego, cresceu e atingiu o interior do país. Comitês estaduais de



Ministro Márcio Thomaz Bastos comandou a Caravana do Desarmamento no país

apoio têm sido criados envolvendo autoridades, igrejas e organizações não-governamentais.

A expectativa inicial de recolher 80 mil armas foi superada no início de setembro. Em dezembro, a meta foi ampliada para 200 mil armas até o final da campanha. Mais uma vez esse número foi superado, fazendo com que o governo federal decidisse estender a campanha por mais seis meses.

Para tanto, o Executivo editou a Medida Provisória 229, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 18 de dezembro de 2004. A medida provisória permite ao governo federal dar continuidade ao pagamento de indenizações de até R\$ 300 por arma entregue pelo cidadão. Cerca de R\$ 20 milhões do Orçamento da União para 2005 estão destinados a esse fim.

Jovens do sexo masculino são as maiores vítimas

Dados apresentados pelo senador Renan Calheiros mostram que as armas de fogo ameaçam principalmente jovens do sexo masculino. O senador cita estudo realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) que registra cerca de 265 mil mortes, em São Paulo, de pessoas vítimas de armas de fogo entre os anos de 1991 e 2000. Do total, 92,3% são homens e 7,6%, mulheres.

O Rio de Janeiro, de acordo com o estudo, lidera o ranking nesse tipo de crime. São Paulo está em segundo lugar. Juntos, os dois estados somam quase a metade dos homicídios provocados por armas de fogo na

última década. Mais de 90% das vítimas de tiros são homens entre 15 e 29 anos. O risco de um rapaz nessa idade ser assassinado é 20 vezes maior do que o de uma moça.

- Dados recentes, divulgados pelo Ministério da Saúde, mostram a realidade aterradora provocada pelo aumento da violência e pela persistente banalização do uso e da circulação de armas de fogo no Brasil. Os homicídios dobraram em 23 anos e responderam por 40,3% das mortes no ano passado. A pesquisa revela que sete em cada dez homicídios registrados no Sistema Único de Saúde em 2003 foram provocados por arma de fogo - diz o senador.

Principais pontos do estatuto

Sinarm - O Sistema Nacional de Armas (Sinarm) fica no âmbito da Polícia Federal. Sua responsabilidade é cadastrar as armas produzidas, importadas e vendidas no país, as autorizações de porte e renovações, além de todas as alterações como extravio, transferências, apreensões e integrar as informações policiais.

Registro - É obrigatório. As armas de uso restrito são registradas no Comando do Exército. O certificado de registro será expedido pela Polícia Federal, renovado a cada três anos, e seu proprietário poderá manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência.

Aquisição - Só pode adquirir quem tiver no mínimo 25 anos. Depois de declarar efetiva necessidade, o interessado deve comprovar idoneidade por meio de certidão de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral; residência fixa; ocupação lícita; capacidade técnica e de aptidão psicológica. Também não pode estar respondendo a inquérito policial ou processo criminal.

Comércio - A comercialização tem de ser comunicada às autoridades competentes (Polícia Federal ou Exército, para o caso de armas de uso restrito).

Porte - É proibido em todo o território nacional, à exceção de policiais, guardas municipais, integrantes das Forças Armadas, funcionários de empresas de segurança e transporte de valores, desportistas de tiro; pessoas que demonstrarem sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física; e caçadores.

Crimes e penas:

- **Posse irregular de arma de fogo de uso permitido** - quando a arma, acessório ou munição está sob a guarda, no interior da residência ou dependência dessa, ou no seu local de trabalho. Pena de um a três anos de detenção e multa.
- **Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido** - é crime inafiançável portar, deter, adquirir, fornecer, ter em depósito, transportar, ceder, emprestar, remeter, ocultar, manter arma de fogo, acessório ou munição sem autorização ou em desacordo com a lei. A pena é de dois a quatro anos e multa.
- **Omissão de cautela**: descuido que permite que o menor de 18 anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo. Pena de um a dois anos e multa.
- **Disparo de arma de fogo**: em lugar habitado ou arredores, em via pública ou na sua direção é inafiançável. Pena de dois a quatro anos e multa.
- **Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito** - é crime inafiançável portar, deter, adquirir, fornecer, ter em depósito, transportar, ceder, emprestar, remeter, ocultar, manter arma de fogo, acessório ou munição sem autorização ou em desacordo com a lei. Pena de três a seis anos.

Controle - As munições comercializadas no país deverão estar em embalagens com sistema de código de barras para identificar o fabricante e o adquirente, entre outras informações. As armas de fogo fabricadas a partir de 23 de dezembro de 2004 terão de conter dispositivo de segurança e de identificação.

Armas, acessórios ou munições apreendidas - A não ser que sejam prova em inquérito policial ou criminal deverão ser encaminhadas ao Exército para destruição no prazo de 48 horas.

Brinquedos - São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas ou simulacros de armas de fogo.

Multas - R\$ 100 mil a R\$ 300 mil para quem facilite ou permita o transporte e faça publicidade para venda de armas.

Referendo - Em 2005, o referendo popular irá se pronunciar sobre a proibição à venda de armas de fogo e munições no Brasil.

PLENÁRIO

Congresso estuda nova regra para exame de MP

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da comissão mista especial criada em dezembro para aprimorar o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs), acredita ser possível aprovar as novas regras ainda no primeiro semestre de 2005. Já nesta semana, ele quer consultar os integrantes da comissão sobre as próximas atividades. Um de seus planos é ouvir os líderes dos partidos com representação no Congresso.

– Temos de procurar o consenso para mudar isso o mais rápido possível. O que não pode é continuar com as pautas trancadas, principalmente na Câmara, repercutindo mal para o Congresso, quando o problema é criado pelo Executivo, que edita medidas provisórias em excesso – disse Antonio Carlos ao **Jornal do Senado**.



Para ACM, mudança na tramitação deve ser aprovada ainda neste semestre

No ano passado, as MPs bloquearam a pauta de cerca de 80% das sessões deliberativas da Câmara e mais de 50% das sessões do Senado, onde a impossibilidade de debater cada uma dessas proposições com a profundidade necessária costuma ser a reclamação mais freqüente dos parlamentares. No governo Lula, foram editadas em média 5,2 MPs por mês, e no segundo governo Fernando Henrique a média ficou em 4,3.

Relatório preliminar pode sair este mês

Apresentar rapidamente uma solução para o problema também é a intenção do deputado federal Sigmaringa Seixas (PT-DF), relator da comissão mista. Ele pretende concluir até o fim de fevereiro um relatório preliminar sobre o assunto.

– Esse relatório terá como finalidade facilitar o debate da questão, reunindo sugestões já trazidas à comissão por diversos parlamentares, propostas de minha própria iniciativa e outras idéias que venham a ser apresentadas. Para isso, estou ouvindo os candidatos à Presidência da Câmara e continuo aberto para receber e discutir outras proposições.

Sigmaringa entende que a fórmula de consenso deve atender a dois objetivos "Ela não pode cercear o uso desse importante instrumento por parte do Execu-

tivo. Mas, por outro lado, deve criar condições para que as medidas provisórias não obstruam, como vêm obstruindo, o trabalho normal do Congresso Nacional.

Baseado nesse princípio, o relator não vê com bons olhos uma das sugestões oferecidas pelo senador Antonio Carlos Magalhães – a proibição de se editarem novas medidas provisórias quando houver cinco MPs tramitando no Congresso Nacional. "Aí pode acabar emperrando o funcionamento do governo", argumenta o relator.

Mas Antonio Carlos Magalhães deixa claro que suas sugestões não representam propostas fechadas, e sim contribuições para o debate.

Entre as sugestões do senador, estão a restrição dos temas que podem ser tratados por MP; con-



Deputado Sigmaringa Seixas

tagem dos prazos de tramitação em separado, na Câmara e no Senado; impedimento de edição de MP sobre matéria disciplinada em projeto de lei vetado pelo presidente da República e cujo veto aguarde apreciação do Congresso; e teto máximo de cinco MPs. Essa restrição não se aplicaria aos cem primeiros dias de mandato do presidente da República.

Valadares e Lúcia Vânia cobram requisitos

De acordo com a Constituição, o presidente da República só pode editar medidas provisórias sobre assuntos de "relevância" e que exijam tratamento legal com "urgência". Muitos parlamentares, porém, entendem que tais critérios não têm sido observados. Daí as sugestões apresentadas à comissão mista especial pelos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) no sentido de redefinir os requisitos que devem ser atendidos para a edição de MPs.

Lúcia Vânia quer obrigar o governo a apresentar, no encaminhamento da MP, "a demonstração quantitativa dos prejuízos que serão provocados se a medida não for adotada de imediato". Ela sugere que "a falta ou a inconsistência das informações" leve à automática inadmissibilidade da medida provisória. A



Antonio Carlos Valadares

senadora pretende, assim, fixar parâmetros mais objetivos para avaliar a "urgência" e "relevância" da proposição, argumentando que "estes vocábulos são eivados de subjetividade".

Para Valadares, "a edição de MP deverá pressupor a ocorrência de caso extraordinário, em que a necessidade e a urgência exijam providência imediata". Dessa forma, o senador sugere

que a palavra "relevância" seja substituída por "necessidade". Ele também propõe que se configure "vício de legitimidade", com a consequente "responsabilização do presidente da República", a edição de MP que traga danos ao pacto federativo, à independência dos Poderes, aos direitos individuais e coletivos, à probidade administrativa ou "à ordem e à segurança jurídica do país".

O senador também sugeriu à comissão que as MPs só possam ser editadas para tratar de questões relativas a matéria monetária e cambial; dívida pública federal; operações nos mercados financeiros e de capitais; mudança do efetivo das Forças Armadas; alíquotas de impostos; a operações realizadas pelo Tesouro Nacional; e a créditos suplementares e extraordinários.



Lúcia Vânia



Sérgio Zambiasi

Sarney sugere análise por uma comissão permanente

O presidente do Senado, senador José Sarney, propõe que o Congresso Nacional tenha uma comissão mista permanente para análise de medidas provisórias. Sugestão no mesmo sentido foi apresentada pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Conforme as regras em vigor, é criada uma comissão mista específica para cada MP editada. Mas, na prática, quase sempre as medidas provisórias são votadas pelo Plenário da Câmara e do Senado sem terem sido analisadas por uma comissão.

Segundo Lúcia Vânia, tais comissões nem chegam a se instalar. "Assim, a votação das medidas provisórias é ultimada no Plenário, tanto da Câmara quanto do Senado, sem nenhuma apreciação prévia", diz.

Os três senadores querem enfrentar o problema por meio da instituição de um órgão permanente que funcionaria, conforme Sarney, "à semelhança da Comissão Mista de Orçamento". A intenção, justifica ele, é "assegurar maior objetividade e uniformidade na discussão das matérias".

Para Zambiasi, "uma comissão parlamentar mista permanente das medidas provisórias resolveria o problema da falta de discussão prévia das matérias em tramitação".

A proposta é uma das cinco sugestões que o presidente do Senado apresentou à comissão mista formada para aprimorar o rito de tramitação das MPs. Sarney encampa sugestão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em favor da contagem em separado, na Câmara e no Senado, do prazo de tramitação considerado para trancamento da pauta.

Por isso, Antonio Carlos

sugere que a Câmara tenha 40 dias e o Senado, mais 20, para apreciar a medida com a pauta livre. Sarney abraça a idéia, mas garantindo aos senadores 30 dias de prazo para prestarem "efetiva contribuição ao aprimoramento das matérias". Quer ainda manter o prazo total, hoje vigente, de 120 dias – que Antonio Carlos pretende reduzir a 99 – para tramitação de MPs.

Limitação dos assuntos tratados por MPs

Sarney também concorda com a sugestão de que é preciso restringir os assuntos passíveis de serem legislados por MP. Mas adiciona aos temas propostos por Antonio Carlos questões que envolvam "calamidade pública ou segurança nacional, quando houver ameaça efetiva à liberdade, à paz social, à ordem pública, à soberania, ao meio ambiente, à saúde ou a qualquer outra forma de perigo de vida".

Outra mudança proposta por Sarney exclui do sobrestamento da pauta as matérias que tramitam nas comissões em caráter terminativo; a votação de indicações para ministros de tribunais superiores, diretores do Banco Central e demais autoridades cuja nomeação requer prévia aprovação prévia do Senado; e os assuntos de competência exclusiva do Congresso.

Finalmente, ele sugere que seja permitido ao presidente da República dispor por decreto sobre mudanças na organização e no funcionamento da administração federal que não tragam aumento de despesa. A seu ver, não há por que lançar mão de MP para tratar de assuntos do gênero, quando a Constituição federal já "atribui competência privativa ao Senado, à Câmara e aos tribunais para dispor sobre a organização e funcionamento dos respectivos serviços".

Medidas provisórias

Média mensal de edições por presidente desde 1988



Fonte: Casa Civil da Presidência da República/Ministério da Justiça

* Até 10 de fevereiro de 2005

INICIATIVA Independência funcional, decisória, administrativa e financeira é assegurada em proposta de Jereissati

Agências poderão conquistar autonomia

O projeto que institui a Lei Geral das Agências Reguladoras (PL 3.337/04), em tramitação na Câmara, é uma das prioridades legislativas do Palácio do Planalto em 2005, de acordo com o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Porém, o projeto pode ter que se adaptar ao que manda a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que estabelece princípios para a atividade regulatória no Brasil.

A PEC (81/03) está em fase adiantada de tramitação no Senado, onde terá seu último dia de discussão em primeiro turno

na primeira sessão deliberativa do ano.

– Estamos propondo a constitucionalização de princípios diretores da atividade das agências reguladoras, como forma de inspirar e dirigir o tratamento institucional das agências e agir como fundamento de validade da legislação infraconstitucional – esclarece Jereissati.

Apesar de não eliminar a necessidade de uma Lei Geral das Agências Reguladoras, a proposta fixa novos princípios a serem observados pela lei ordinária, como a determinação de que essas entidades terão independência funcional, decisória,

administrativa e financeira. Esse é um dos pontos de maior controvérsia do PL 3.337/04, que é acusado de retirar autonomia das agências e, dessa forma, deixar marcos regulatórios essenciais à estabilidade do mercado vulneráveis a decisões de governo, fator considerado negativo por especialistas no assunto.

A PEC determina ainda que a regulamentação do assunto será feita mediante lei complementar em vez de lei ordinária. Caso a proposta seja incluída no texto constitucional, a tramitação do projeto do governo, em exame na Câmara, teria que ser iniciada novamente.

Medida é mais que oportuna, diz relator

A proposta de Jereissati já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), considera que a iniciativa preenche uma lacuna no ordenamento jurídico nacional, já que essas entidades contam apenas com normas infraconstitucionais avulsas e, a seu ver, insuficientes.

– É mais que oportuna a definição de princípios constitucionais que orientem a legislação ordinária – sustentou Demostenes.

O consultor legislativo do Senado Márcio de Oliveira Júnior avalia que a PEC de Jereissati



Demostenes Torres

contempla vários dos princípios já presentes na legislação vigente das agências reguladoras.

– Ao elevar os princípios ao

patamar constitucional, reconhece-se a importância da atividade reguladora para o Estado, além de estender esses princípios para todas as agências. Por exemplo, tentativas de reduzir a independência das agências seriam consideradas inconstitucionais – destaca o consultor.

Para Márcio de Oliveira, com a determinação da PEC, será mais difícil as agências perderem a autonomia, mesmo com a instituição do contrato de gestão entre as agências e os ministérios, como previsto no PL 3.337/04 e no substitutivo do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ).



Tasso Jereissati afirma que a sua proposição garante a expansão dos investimentos e o aumento do nível de emprego e renda

PEC protege o cidadão e o interesse público

Além de garantir a autonomia das agências reguladoras, a proposta de emenda constitucional do senador Tasso Jereissati traz dispositivos para proteger o consumidor e o interesse público. Esses itens estão listados entre os 14 princípios que devem orientar a atuação das agências (veja lista).

Além disso, ao remeter a regulamentação do texto constitucional para lei complementar, a PEC determina expressamente que o controle externo das agências deve fazer parte da legislação. Nessa linha, o projeto de lei sobre o assunto que está na Câmara (PL 3.337/04) estabelece que o controle externo será exercido pelo Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). É dessa forma que a atividade das agências poderá ser confrontada com as políticas públicas definidas para os respectivos setores da economia.

Para garantir que as agências tenham independência, mas não

se desviem de suas finalidades como órgãos do Estado, a PEC prevê ainda que a imparcialidade, transparência e publicidade devem nortear suas ações.

A estabilidade do mercado é outra preocupação da proposta de Jereissati. Para isso, a PEC determina que as agências devem exercer “mínima intervenção na atividade empresarial” e “a promoção da livre iniciativa”. A previsibilidade dos marcos regulatórios para os setores da economia e a observância aos contratos também estão contempladas na proposição.

– Cremos que a estabilidade regulatória que esse conjunto de princípios propicia vem ao encontro das necessidades brasileiras de atrair e manter o capital produtivo em nosso país, garantindo a expansão dos investimentos de longo prazo na infra-estrutura e nos serviços públicos essenciais, assim como o incremento do emprego e da renda – afirma Jereissati.



É competência da Anatel implementar a política nacional de telecomunicações e regulamentar as atividades do setor

Plenário discute

Para se tornar emenda constitucional, a proposta que especifica os princípios da atividade das agências reguladoras precisa ser aprovada em primeiro e segundo turnos nas duas Casas do Congresso. A matéria já está no Plenário do Senado, onde o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), vice-líder do governo, apresentou emenda que ainda deve ser analisada na Comissão de Justiça. Depois, a proposta será submetida à votação em primeiro turno.

A revisão do papel do Estado brasileiro na economia, nas últimas décadas, levou à abertura da exploração de diversos setores, como os de petróleo e telefonia, para a iniciativa privada. Foi nesse contexto que se deu a criação, por meio de lei específica, das várias agências reguladoras hoje existentes no país

Agência	Data de criação	Vinculação
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	dezembro de 1996	Ministério de Minas e Energia
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	julho de 1997	Ministério das Comunicações
Agência Nacional de Petróleo (ANP)	agosto de 1997	Ministério de Minas e Energia
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	janeiro de 1999	Ministério da Saúde
Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	janeiro de 2000	Ministério da Saúde
Agência Nacional de Águas (ANA)	julho de 2000	Ministério do Meio Ambiente
Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)	junho de 2001	Ministério dos Transportes
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	junho de 2001	Ministério dos Transportes
Agência Nacional do Cinema (Ancine)	setembro de 2001	Ministério da Cultura

Obs.: A proposta (PLC 62/04) de Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está em tramitação na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, onde o senador Delcídio Amaral (PT-MS) é o relator.

Proposta de Jereissati estabelece 14 princípios para a atividade regulatória

- Proteção do interesse público
- Defesa do consumidor e da concorrência
- Promoção da livre iniciativa
- Prestação de contas
- Mínima intervenção na atividade empresarial
- Universalização, continuidade e qualidade dos serviços
- Imparcialidade, transparência e publicidade
- Independência funcional, decisória, administrativa e financeira
- Decisão colegiada em agências reguladoras
- Decisão monocrática recorrível a colegiado em agências executivas
- Investidura a termo dos dirigentes e estabilidade durante os mandatos
- Notória capacidade técnica e reputação ilibada para funções de direção em agências reguladoras
- Estabilidade e previsibilidade das regras
- Vinculação aos regulamentos, contratos e pactos.

PLENÁRIO

Tourinho defende reajuste maior para a alíquota do IR

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) condenou o reajuste de 10% anunciado pelo governo para a alíquota do Imposto de Renda, dizendo que esse número está muito aquém dos 57% considerados como correção ideal.



Rodolpho Tourinho

Segundo observou, com o limite de isenção atual, sem a devida correção das tabelas, o trabalhador que ganhar pouco mais de quatro salários mínimos

pagará o tributo.

O senador mencionou ainda as dificuldades encontradas por contribuintes credores em receber suas devoluções de imposto pago a mais. Tourinho apresentou projeto (PLS 41/04) que torna obrigatória a restituição pela

Secretaria da Receita Federal, quando devida ao contribuinte, até o fim do exercício em que foi feita a declaração.

PIB brasileiro terá crescimento de 4% este ano, estima Ideli

Líder do PT no Senado, a senadora Ideli Salvatti (SC) está apostando que o produto interno bruto (PIB) brasileiro crescerá este ano 4%. Ela reconheceu que, comparativamente, tal crescimento será menor que o registrado no ano passado, mas lembrou que, como em 2003 o crescimento foi zero, essa elevação trará muito mais resultados para a população.

A senadora traça um cenário

bastante positivo para o país, apontando em primeiro lugar o aumento do emprego. Ela observou que a taxa de desemprego, em dezembro, ficou em 9,6% nas seis maiores regiões metropolitanas do país, de acordo com o IBGE. Ideli destaca que é a primeira vez, desde 2001, que a taxa se fixa em um dígito e avalia que os novos empregos são mais vinculados ao crescimento do consumo interno.

Capital externo nas TVs a cabo pode ser ampliado

Está pronto para ser incluído na ordem do dia o projeto de lei (175/01) de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que permite maior abertura do setor de TV a cabo ao capital estrangeiro. A proposição dá ao Executivo poder para elevar a participação dos investidores externos nas operadoras do setor.

Depois de sofrer algumas modificações, a matéria foi

aprovada pela Comissão de Educação (CE) em 2002, decisão que foi mantida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto substitutivo da CE tinha caráter terminativo e poderia ter seguido diretamente para a Câmara dos Deputados, mas teve que ser submetido ao exame do Plenário por força de recurso previsto no regimento do Senado.

Lúcia Vânia registra 11 anos da lei de assistência social

A comemoração dos 11 anos de promulgação da Lei 7.842/93, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), foi assinalada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ex-secretária nacional de assistência social no governo Fernando Henrique Cardoso, Lúcia Vânia vê o advento da lei como um divisor de águas na área de assistência social, rompendo com a tendência de dar "resposta fragmentada às situações de pobreza vividas por segmentos da população".

A senadora destacou a importância da Loas para a reorientação de políticas destinadas a coibir práticas sociais ilegais, como o trabalho infantil. E assinalou o esforço do órgão para interagir com outros setores governamentais.

Para Virgílio, voto em trânsito deve ser adotado em todo o país

O voto em trânsito, nas eleições realizadas por sistema eletrônico de votação, poderá ser gradualmente implantado no Brasil. A medida está prevista no PLS 339/04, de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será analisado em caráter terminativo.

De acordo com a proposta, o direito de votar em trânsito será condicionado à existência de condições financeiras, técnicas e operacionais para sua efetivação, que poderá ser gradual.

Ele observa que a Lei 9.504/97 estende aos policiais militares em serviço a possibilidade de voto em trânsito, mas, na prática, limita o direito. Para Virgílio, essa lei, que pretende modificar, "contraria as tendências de ampliação dos direitos políticos em curso no mundo".

Osmar questiona desvio de recursos da Cide

O líder do PDT, senador Osmar Dias (PR), anunciou que encaminhará dois requerimentos visando esclarecimentos sobre os desvios de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e suas implicações, como o desmoronamento ocorrido em ponte da Rodovia Régis Bittencourt, no sentido Curitiba-São Paulo.

Osmar disse que questionará o Ministério dos Transportes a respeito das razões que impediram a aplicação de recursos da Cide na recuperação da ponte da principal estrada que liga Paraná a São Paulo, já que "a possibilidade de ocorrência do acidente havia sido detectada e as providências não foram tomadas".

Ele também vai solicitar ao Tribunal de Contas da União (TCU) que se pronuncie sobre o

desvio de recursos da Cide, perguntando se esse procedimento do governo não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pelas respostas aos requerimentos enviados aos ministros da Fazenda e do Planejamento, em setembro do ano passado, o senador e a consultoria técnica do Senado concluíram que cerca da metade dos recursos da Cide não vem sendo aplicada nas finalidades para as quais o tributo foi instituído em 2001, principalmente em infra-estrutura de transportes.

- Dos R\$ 7,4 bilhões arrecadados no ano passado, apenas R\$ 3 bilhões foram para a área de transporte. O restante foi praticamente todo para ajudar a compor o superávit primário - informou o senador.

O líder do PDT alertou ainda para situações que deverão se repetir no escoamento da safra



J. FREITAS

Para Osmar Dias, governo deveria recuperar as estradas para evitar acidentes

de soja pelo porto de Paranaguá (PR), com atrasos no embarque e formação de longas filas de caminhões. "Obras estão sendo feitas para melhorar os serviços portuários, porém persistem problemas pelo modelo de gerenciamento adotado."

Projetos

Propostas mudam a legislação eleitoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quer suspender a vinculação das coligações partidárias nas eleições presidenciais às eleições dos estados (PLS 368/04). A restrição é considerada pela comissão um "ataque ao princípio de autonomia dos partidos políticos". Além disso, a senadora Roseana Sarney (PFL-MA)

apresentou proposta que proíbe a realização ou divulgação de resultados de auditorias sobre transferências de recursos entre União, estados e municípios no período eleitoral (PLS 369/04). Na sua avaliação, essas auditorias são utilizadas geralmente para constranger os adversários ao partido no poder, "mesmo que no final das contas não exista irregularidade".

Objeto apreendido pode ser doado

Os objetos apreendidos pela Justiça, que não sejam reclamados pelos donos, poderão, a critério do juiz, ser doados para entidades filantrópicas. É o que determina projeto (PLS 365/04) apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA). "A utilização desses objetos pela entidade traria benefícios sociais imediatos", argumenta ele. O senador apresentou ainda proposta que diminui para um ano o prazo de prescrição das dívidas de serviços públicos como energia elétrica e telefonia.

Jucá quer novas regras para o salário mínimo

A mudança da data-base do reajuste do salário mínimo, que seria antecipada para o dia 1º de janeiro até 2010; a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) na inflação; e a inclusão, no aumento do mínimo, de reajuste referente à participação dos assalariados no produto interno bruto (PIB) são as principais sugestões do senador Romero Jucá (PMDB-RR) para a política salarial. De acordo com Jucá, o projeto (PLS 370/04) determina estratégias de longo prazo, o que vai evitar o desgaste político que ocorre a cada ano.

Permissão para militar praticar advocacia

Militares graduados em Direito podem ter permissão para praticar a advocacia. Proposta do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pretende acabar com a proibição existente na legislação, argumentando que ela fere o princípio da isonomia, já que servidores públicos podem praticar a advocacia, com algumas restrições (PLS 362/04). Aos militares seria garantido o mesmo direito. O senador considera que a medida vai possibilitar o surgimento de uma advocacia especializada na área militar.

Participação na exploração de energia nuclear

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) apresentou projeto que garante aos estados e municípios, em que estiverem instaladas usinas nucleares, e às regiões limítrofes participação de 5% no resultado da exploração de energia nuclear. Para ele, a medida se justifica pelos danos ambientais.

Fim às fraudes na assistência jurídica gratuita

Buscando evitar fraudes na concessão de assistência jurídica gratuita aos que alegam não ter condições de pagar, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou proposta que determina requisitos a serem preenchidos por aqueles que reivindicam o direito, além de corrigir falhas legais existentes na legislação atual (PLS 363/04).

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 15 de dezembro de 2004 e 26 de janeiro de 2005

TELEVISÃO

Acordo oficializa criação da TV Brasil

A assinatura de um acordo de cooperação entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário oficializou, na quinta-feira, a implantação da TV Brasil, que será o primeiro canal público internacional do país, com transmissões em português e espanhol, via satélite. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância da TV para a integração dos países latino-americanos e elogiou o empenho dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, para que a idéia se concretizasse. O presidente da República aproveitou a cerimônia, realizada no Palácio do Planalto, para homenagear Sarney e João Paulo Cunha, destacando que ambos "foram cúmplices e parceiros do governo desde o começo". A TV Brasil será operada pela Radiobrás, integrada às equipes da TV Senado, TV Câmara e TV Justiça. No mês passado, foi realizada uma transmissão piloto do canal internacional, durante o IV Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

O presidente destacou que a TV Brasil deve ser vista como "um instrumento a mais na integração latino-americana. Não

é um canal de televisão do governo, mas do Estado brasileiro, que perpassa o país, e com ele queremos fortalecer e engrandecer as nossas parcerias", afirmou Lula.

José Sarney reforçou que a TV será "um grande instrumento para a divulgação do Brasil e para a integração da América Latina", possibilitando a divulgação de um país marcado pela "miscigenação e pela democracia racial". O senador deu ênfase "aos princípios de harmonia e independência que marcam hoje a convivência entre os três Poderes da República" e agradeceu o empenho do diretor de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg, por "ter perseguido esse objetivo", ao presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, e ao diretor de Comunicação da Câmara, Márcio Araújo.

Para o senador, a TV Brasil será um importante canal de divulgação da língua portuguesa para os brasileiros que vivem no exterior. José Sarney chegou a fazer a previsão de que a integração com os países de língua espanhola poderá dar margem ao nascimento de uma terceira língua: o "portunhol".

O presidente da Radiobrás,



Presidente Lula assina o acordo, observado pelo ministro Carlos Velloso (E), do STF, pelos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha, e do Senado, José Sarney, e por José Alencar, vice-presidente

Eugênio Bucci, lembrou que a idéia da rede surgiu em 2003, depois de uma conversa entre José Sarney e o presidente Lula. "Trabalhamos por vários meses para desenvolver esse conceito e a proposta começou a se traduzir no mês passado, quando nos reunimos para a transmissão do

Fórum Social, em Porto Alegre", explicou. Bucci adiantou que o governo deve iniciar as transmissões até o final do ano.

O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, reforçou a importância da comunicação para a integração dos países la-

tino-americanos. "É importante divulgarmos as coisas boas que o país produz e, nesse sentido, o Judiciário se integra na efetivação do novo canal, que representa a integração dos países latino-americanos, e, numa segunda fase, espero, a integração com os demais países", disse Velloso.

Nova emissora ouve prêmios Nobel Saramago e Esquivel

O desafio de transmitir para o exterior durante seis dias os momentos marcantes do 5º Fórum Social Mundial, mesmo diante das dificuldades de uma iniciativa pioneira, motivou mais ainda a todos que participaram do trabalho. A jornalista Leila Daher, que chefiou a reportagem no evento, reconheceu que "foi uma ousadia realizar essa experiência piloto em

um encontro de importância mundial", e destacou que os resultados foram produtivos.

- Conseguimos reunir várias equipes que executam trabalhos em áreas diferentes para fazer televisão e levar a grande diversidade que ocorre durante o fórum para o Brasil e outros países - afirmou Leila. Ela disse que a equipe teve a oportunidade de fazer entrevistas com personalidades como os escritores José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura de 1998, e Adolfo Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980. A entrevista com Saramago foi transmitida por meio de telão que atraiu grande número de pessoas.

A diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, reforça os resultados positivos do trabalho. "Foi uma iniciativa para levarmos adiante um projeto que envolve a integração das equipes de quatro emissoras públicas com o objetivo de divulgar o Brasil no exterior", ressaltou.

Marilena adiantou que, com a assinatura do termo de compromisso entre Senado, Câmara,

Supremo Tribunal Federal e Radiobrás, começará a fase de construção da emissora.

- Um dos pontos já acordados pelos integrantes do Comitê Gestor é no sentido de que deverá prevalecer o critério jornalístico nos noticiários. Dessa forma, se a principal notícia ocorrer no Senado, ela será o destaque do programa - explicou. Para

colocar a estação no ar ainda este semestre, as TVs envolvidas irão selecionar produtos com os quais já contam, como documentários.

O principal telejornal será transmitido em espanhol, a exemplo do que ocorreu durante a noite nos seis dias do fórum. "É interessante o fato de que conseguimos profissionais que falam espanhol nas equipes que integram a TV Brasil", observa Marilena.

Mesmo sem terem contado com divulgação, as transmissões, feitas em espanhol, no encontro mundial chamaram a atenção de pessoas no Brasil. A TV Senado recebeu e-mails elogiando o trabalho, entre eles a mensagem de um jovem de 15 anos, Jean Pierre de Sousa, de Santa Catarina. "Fico acordado até a meia-noite só para assistir a esse programa apresentado em espanhol. Julgo que o mesmo deve sair do caráter experimental para ser exibido em horário nobre, porque é um programa de alta qualidade e merece melhor audiência", escreveu Jean Pierre.

Senado quer ampliar alcance do canal

Se depender do Senado, já na primeira etapa de funcionamento, a TV Brasil deverá atingir não apenas os países que fazem parte do Mercosul, mas toda a América do Sul. "A assinatura do acordo de cooperação é um ponto de partida, mas acredito que poderemos ampliar o alcance das transmissões", defende o

diretor de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg.

Em países de língua portuguesa, estuda-se o envio de material da TV Brasil para ser incluído na grade normal de programação das emissoras locais. Para a instalação física da TV, o Senado poderá disponibilizar um conjunto de salas de que dispõe no Setor

Comercial Sul, em Brasília.

- A TV Brasil representa um projeto generoso, primeiro porque o povo brasileiro merece mostrar a sua riqueza e cultura ao mundo globalizado e, ainda, porque vai reforçar a tradição da diplomacia brasileira, pautada na integração e no pluralismo - afirmou Rollemberg.

Fórum Social marca experiência piloto

O Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, de 26 a 31 de janeiro, foi palco da primeira transmissão experimental de uma TV do Estado brasileiro para o exterior, numa operação conjunta da Radiobrás, TV Senado, TV Câmara e TV Justiça. Cidadãos de vários países puderam acompanhar, durante seis dias, a programação da emissora piloto.

A TV Brasil é uma iniciativa inédita que reúne os três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário -, com o objetivo principal de promover a integração entre os povos da América do Sul. É a primeira ação deliberada pelo Comitê Gestor, que funciona no âmbito da Radiobrás, com a incumbência de planejar e dirigir o projeto de prestação de serviços de televisão para o exterior.

O comitê foi criado por um decreto assinado pelo presidente Lula em 27/9/04. Logo após, o órgão foi instalado, com a seguinte composição: Eugênio Bucci, presidente da Radiobrás; Márcio Araújo, diretor de Comunicação Social da Câmara dos Deputados; embaixador Ruy Nogueira, subsecretário-



Equipe responsável pela transmissão experimental da TV Brasil, que foi vista, durante os seis dias do evento, em vários países

geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty; Sérgio Amaral, secretário de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal; Antônio Ernesto Lassance, chefe de gabinete do ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica; e Armando Rollemberg, diretor de Comunicação Social do Senado.

A equipe destacada para montar e operar a emissora piloto foi composta de 40 profissionais, parte deles cedida pela TV Senado, TV Câmara, TV Justiça e Radiobrás, e outra

parte formada por profissionais contratados para a cobertura do fórum. A empresa Newsbies cedeu gratuitamente um segmento espacial de 6 MHz no satélite NSS-806 para a transmissão. Emissoras como MGM, ESPN e Voice of America operam pelo mesmo satélite. No fim do ano passado, a Radiobrás licitou a compra de equipamentos para o projeto, no valor de R\$ 6,3 milhões, investimento já previsto no orçamento da empresa.

As transmissões puderam ser captadas nas Américas do Sul, Central e Norte, além da Europa Ocidental.

Voz do Leitor

PROUNI

"Gostaria de saber dos senhores senadores de que maneira ou quando o nosso governo pretende incluir os jovens de baixa renda que já concluíram o ensino médio em anos anteriores a 2004 e que sonham há muito tempo com essa oportunidade que o ProUni oferece. Espero por isso há muito tempo e, devido às exigências, não pude me candidatar. Sou brasileiro e não desisto nunca!"

Erike Gomes da Silva, de Delmiro Gouveia (AL)

APOSENTADOS

Senadores, por que a MPV 201/04 prejudicou os aposentados que não entraram na Justiça? Eu, por exemplo, que tenho mais de R\$ 20 mil para receber, só receberei R\$ 15.600 parcelados."

Tereza Cunha de Azeredo, de Vitória (ES)

AJUDA

"Peço que seja feita alguma coisa pelo povo brasileiro. A Previdência Social tem que ser mais útil. As pessoas tentam receber seus benefícios e na maioria das vezes não conseguem nada. Tem muitas pessoas sofrendo nas filas dos postos do INSS, bancos, postos de saúde e outros lugares, para poder receber alguma ajuda do governo. Passam por muitas dificuldades para receber esse pouco benefício, enquanto outros estão aí sem fazer nada e ganhando um absurdo de dinheiro."

Sírvino Pereira Adalto, de Santa Rita (PB)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

TV SENADO

"Senadores do Rio Grande do Norte, peço aos senhores que criem um canal de TV aberta para que as pessoas que não têm condições de comprar uma antena parabólica tenham acesso à TV Senado, um canal muito importante para que o Brasil inteiro conheça."

Mariozan Medeiros dos Anjos, de São José do Seridó (RN)

CESTA BÁSICA

"Senador Alvaro Dias, se está havendo crescimento econômico, por que a cesta básica está tão básica?"

Aparecida Borba Lima, de Brasília (DF)

APOSENTADORIA E PENSÕES

"Senador Paulo Paim, gostaria de saber por que o governo federal não aceita fazer revisão em todas as aposentadorias e pensões da Previdência com valores superiores a um salário mínimo, pois todas tiveram perda com a transição da URV para o real."

Paulo Vieira, de Santa Cruz do Sul (RS)

INVESTIMENTOS

"Sou a favor do atual governo e sugiro aos senadores que seja apresentado projeto de lei que destine parte dos recursos da Petrobras para investimentos na saúde, criando hospitais, postos de saúde e garantindo, além de outros benefícios, o tratamento das doenças causadas pela poluição."

Willian Rodrigues Valadares, de São Luís de Montes Belos (GO)

Pergunte ao Senador

APOSENTADORIA

Raimunda Garcia Silva, de Eunápolis (BA)

"Senador Marcelo Crivella, quero saber se, de acordo com o Estatuto do Idoso, uma pessoa com mais de 65 anos, casada civilmente, poderá juntamente com seu cônjuge receber aposentadoria."

O senador Marcello Crivella (PL-RJ) responde:

Prezada sra. Raimunda, se não há algum detalhe omitido, que justifique a dúvida, pode-se afirmar que, em princípio, o casamento de aposentados não constitui qualquer obstáculo a que cada um dos cônjuges receba normalmente o benefício previdenciário a que fez jus, seja ele decorrente de aposentadoria por acidente de trabalho, por invalidez, por tempo de serviço ou por idade. O direito a benefício é individual e corresponde à condição de ser segurado da Previdência Social e de ter completado os requisitos mínimos para a sua fruição. O que não é permitido é o recebimento, pelo segurado, de dois benefícios idênticos e simultâneos, como duas aposentadorias, por exemplo, pagas pela Previdência Social da União (art. 124 da Lei 8.213/91). Ao contrário de restringir, a Lei 10.714 (Estatuto do Idoso) amplia o direito à aposentadoria por idade (art. 30).



VEREADORES

Josebias Vicente de Oliveira, de Cajá (PB)

"Senador Efraim Morais, gostaria de saber como está o andamento do processo que ressarcirá os vereadores e vice-prefeitos que não eram remunerados nos anos de 1969 a 1973."

O senador Efraim Morais (PFL-PB) responde:

Caro Josebias, os que de fato exerceram o mandato de vereador no período de 1969 a 1973 somente tinham direito à remuneração nos municípios de população superior a 100 mil habitantes, conforme a Lei Complementar 2/67. Em seguida, a Constituição de 1969 determinou que somente faziam jus à remuneração os vereadores das capitais dos estados e municípios de população superior a 200 mil habitantes, dentro dos critérios fixados em lei. O assunto só receberia nova disciplina constitucional em 1975, com a aprovação da Emenda à Constituição 4, que determinou a fixação da remuneração dos vereadores pelas câmaras municipais. A Constituição de 1988 trata da matéria no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (§ 4º do artigo 8º). Conforme esse dispositivo, aqueles cidadãos que, por força dos atos institucionais, hajam exercido gratuitamente o mandato de vereadores têm o direito de computar, para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, os respectivos períodos. Assim, aos cidadãos que exerceram o mandato de vereador de 1969 a 1973 assiste o direito de computar o tempo para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, mas não o de receber.



Frases

"Aqui no Senado não prevemos qualquer tipo de dificuldade para a eleição da Mesa e a composição das comissões"

Aloizio Mercadante, sobre as eleições no Senado marcadas para esta segunda-feira.

"Esse não é um canal de TV do governo. Pelo contrário, é um canal de TV do Estado, do Brasil"

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao assinar a criação da TV Brasil Internacional.

"Sem o referendo popular, o Estatuto do Desarmamento será inócuo"

Renan Calheiros, em defesa da consulta popular sobre a proibição da venda de armas de fogo e munições, em outubro deste ano.

"Cremos que a estabilidade regulatória que esse conjunto de princípios propicia vem ao encontro das necessidades brasileiras de atrair e manter o capital produtivo em nosso país"

Tasso Jereissati, sobre a proposta de sua autoria que estabelece princípios para a atividade regulatória.

"Temos de procurar o consenso para mudar isso o mais rápido possível. O que não pode é continuar com as pautas trancadas"

Antonio Carlos Magalhães, que é favorável a mudanças na tramitação das MPs.

"Uma comissão mista permanente das MPs resolveria o problema da falta de discussão prévia das matérias"

Sérgio Zambiasi, também defendendo alterações na tramitação das MPs.

"Para que possamos construir um país mais justo, equânime, mais fraterno e mais democrático, precisamos rever muitos conceitos relacionados com a pessoa portadora de deficiência física"

Romero Jucá, ao cobrar o reconhecimento dos direitos dos portadores de deficiência.

Foto da Semana

Um passo decisivo para a implantação, ainda este ano, da TV Brasil Internacional foi dado quinta-feira, com a assinatura do protocolo de criação, em cerimônia no Palácio do Planalto. Além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participaram do ato os presidentes do Senado e da Câmara, senador José Sarney e deputado João Paulo Cunha, e o presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso.



OSÉ CRUZ

Sarney faz na TV Senado balanço de sua gestão

O senador José Sarney (PMDB-AP) deixa a presidência do Senado nesta segunda-feira, quando será eleito o seu sucessor e os demais membros da Mesa diretora. Presidente da Casa desde 2002, Sarney faz um balanço de sua gestão no especial que a TV Senado exhibe hoje, às 14h30.

O senador relata fatos históricos relevantes da política brasileira, fala da articulação entre o Legislativo e os poderes Executivo e Judiciário, e da sua relação com o presidente Luís Inácio Lula da Silva. Sarney comenta ainda sobre a inauguração da TV internacional, que realizou transmissão experimental durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, e sobre as demais estruturas de comunicação do Senado.

Ainda na segunda-feira, as

19h30, a TV Senado exhibe um debate com os jornalistas Luís Valls e Dione Kuhn, autores de biografias de dois políticos gaúchos que tiveram grande destaque na história política brasileira: Leonel Brizola e Paulo Brossard. Valls é o autor de *Brossard – 80 anos na história política do Brasil*, e Kuhn, de *Brizola – da legalidade ao exílio*. Na quinta-feira, às 20h30, a emissora exhibe o programa *Entrevista*, que vai ouvir o general José Luiz Marley sobre o Projeto Rondon, que leva universitários para regiões pobres do país. Os estudantes prestam serviços nas áreas de educação, saúde e meio ambiente.

O Projeto Rondon, que foi relançado pelo presidente Lula no começo deste ano, surgiu em 1967, quando 30 estudantes e professores foram trabalhar em



Leonel Brizola é personagem do livro de Dione Kuhn, que, juntamente com Luís Valls, participa de debate na TV Senado

idades carentes de Rondônia, e foi interrompido em 1989. Mais de 350 mil universitários e professores participaram do

programa. Mais informações sobre a programação da TV Senado no site www.senado.gov.br/tv.

MÁRCIA KALUME

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

"Matar nunca", o desafio de Rondon

ALEXANDRE GUIMARÃES

Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em Mimoso, no estado de Mato Grosso, em 1865, descendente de português e índia bororo. Já militar, em 1892 passou a cuidar dos direitos dos índios e afirmava: "Matar nunca, morrer se necessário". Em 1913, acompanhou e orientou o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt em expedição às margens do Amazonas.

Missão Rondon é a compilação de uma série de artigos publicados pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 1915, relatando detalhadamente as aventuras, desafios, dificuldades e vitórias de Rondon no desbravamento de Mato Grosso e Goiás, na construção da malha telegráfica para integrar esses estados ao resto do país e na expedição Roosevelt.

Obra bela e de importância histórica singular, traduz, de modo preciso, a importância dos trabalhos de "achamento" do oeste do país.

As expedições nasceram da necessidade de o governo imperial "alcançar" as fronteiras do Brasil. Em 1888, iniciou-se a construção de uma linha telegráfica que partia de Franca, São Paulo, passando por Minas Gerais e Goiás, chegando até a Mato Grosso. Rondon assu-



miu a empreitada em 1889. Contudo, não se restringiu a construir a rede telegráfica. Percorreu distâncias gigantescas sob chuva, sol, pragas, endemias tropicais, e traçou detalhados estudos geográficos das riquezas naturais do solo, da capacidade de produção, botânica e, acima de tudo, foi pioneiro no trabalho de integração da população indígena local à sociedade brasileira.

De 1907 a 1914, Rondon continuou o trabalho, seguindo até o Amazonas. Em meio a dificuldades e inúmeras demonstrações de heroísmo e tenacidade, levou comunicação e estradas à Amazônia. Sua principal conquista foi promover a ocupação do território nacional. Rondon, a cada estação estabelecida, buscava fundar nova cidade.

Alexandre Guimarães é consultor do Senado. *Missão Rondon* foi editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, custa R\$ 25, e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

FÓRUM

Missão: divulgar a língua e combater a Aids

O IV Fórum dos Parla-mentos de Língua Portuguesa (FPLP), realizado pelo Congresso Nacional nos dias 27 e 28 de janeiro, foi marcado pelo compromisso de criar uma rede de informações sobre matérias de interesse dos parlamentares do foro multilateral. A comunidade deverá ganhar endereço na Internet para difundir e estimular a aprendizagem e a divulgação da língua portuguesa. O encontro reuniu cerca de 50 deputados e representantes dos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Os oito países membros da comunidade devem também agregar à nova rede dados estratégicos para o combate à Aids. A iniciativa de cooperação dos parlamentos da CPLP na luta contra a doença foi defendida pela deputada angolana Tereza Cohen, ao alertar sobre o avanço da Aids nas nações africanas. "O Legislativo deve contribuir para tornar acessível o teste de iden-



Fórum reuniu em Brasília 50 deputados e representantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

tificação do HIV e incrementar a política de preços do tratamento", afirmou.

O presidente do Senado, José Sarney, destacou o papel do fórum na união dos países de língua portuguesa e no fortalecimento dos parlamentos. "Somos cerca de 200 milhões de seres humanos que podemos nos comunicar diretamente e partilhar a imensa riqueza cultural de nossos países", disse. O senador,

juntamente com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, dirigiu o fórum que reuniu os presidentes dos parlamentos de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor Leste. O presidente do Parlamento de Portugal foi representado pelo deputado Antônio Pinheiro Torres. Moçambique não enviou representante porque a posse dos seus novos deputados estava marcada para o dia 28 de janeiro.

Propostas reforçam relação entre os países

No comunicado lido ao final do IV Fórum dos Parla-mentos de Língua Portuguesa foi proposta a criação de grupos de trabalho para instituir a Rede de Mulheres Parlamentares da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a Assembléia dos Parlamentos da CPLP.

Essa última foi definida pelo presidente da Assembléia Nacional de Cabo Verde, Aristides Raimundo Lima, como reforço nas relações entre os países membros. Para ele, "falta um órgão com legitimidade popular para impulsionar e gerar confiança nas decisões tomadas

pela CPLP".

Ficou definido ainda que, para celebrar os 30 anos da independência de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor-Leste, o V Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa será realizado ainda este ano em Angola.

Conheça o Senado

O Senado de 1826 pouco tinha a ver com o atual

O Senado é uma das instituições políticas existentes desde a independência do país, mas são poucas as semelhanças entre o atual e aquele criado pela Constituição de 1824, durante o Primeiro Reinado.

A primeira sessão ordinária da Casa foi realizada no dia 6 de maio de 1826, no Palácio Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro. Quem presidiu o encontro foi o Marquês de Santo Amaro, que também atuou como mestre-de-cerimônias na solenidade de coroação do imperador dom Pedro I.

O colegiado era formado por 50 senadores, escolhidos indiretamente. Eleitos como deputados, os senadores eram nomeados pelo imperador, a partir

de listas tríplices. O cargo, de caráter vitalício, só poderia ser ocupado por cidadãos do sexo masculino que fossem brasileiros, maiores de 40 anos e que tivessem rendimento anual mínimo de 800 mil réis. Eles deveriam ainda ser "pessoas de saber, com capacidade e virtude". Em razão disso, a grande parte dos indicados vinha da nobreza, considerada ultraconservadora.

O título de senador, "Augusto e Digníssimo Senhor Representante da Nação", dava ao homem público notoriedade. A maioria fez parte do Conselho de Estado, órgão de assessoria direta e pessoal do imperador, ou do ministério. O último gabinete ministerial de dom Pedro I era formado exclusivamente

por senadores, todos eram mar-queses.

Durante todo o Império, período em que eclodiram os diversos movimentos sociais regionalistas, o Senado foi fundamental para a manutenção da unidade do Brasil e também para a criação do que o escritor Machado de Assis, de aquela época era repórter do *Diário do Rio*, chamou de "instinto de nacionalidade".

Além disso, a atividade da Casa teve grande destaque no período regencial, devido ao reconhecimento da maioria de dom Pedro II e à abolição da escravatura.



Primeiro presidente do Senado, o Marquês de Santo Amaro dirigiu a sessão inaugural da Casa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
2º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Reportagem: João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva

e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valtter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Ajude na busca aos desaparecidos

O Especial Cidadania volta a publicar, nesta edição, fotos de pessoas desaparecidas.

Todos os casos, mesmo os registrados há mais de 20 anos, constam da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, um cadastro que auxilia na busca e localização de pessoas.

A rede funciona em colaboração com as delegacias especializadas, organizações não-governamentais e instituições de atendimento à infância de todo o país.

No Senado, tramita projeto da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que prevê a criação de um Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes, a divulgação dos dados sobre os menores pelos meios de

comunicação e a celebração de parcerias com organizações que atuam na área (PLS 211/04). Outro projeto, do

senador Valmir Amaral (PMDB-DF), determina a divulgação diária, pela TV Senado, de imagens de pessoas desaparecidas (PRS 34/04). Segundo estimativas, 10 mil desaparecimentos são registrados anualmente.

Apesar do desfecho feliz da grande maioria dos casos, de 10% a 15% deles permanecem sem solução.

A divulgação de fotos é imprescindível para a elucidação dos casos. Pelo site www.desaparecidos.mj.gov.br é possível obter informações e registrar desaparecimentos. Para dar informação sobre pessoas que estão sendo procuradas, há o telefone 0800 99-5500, gratuito. A colaboração da sociedade é essencial.

Para dar informações sobre essas pessoas, ligue 0800 99-5500



Nome: Alana Aparecida Zorzetto de Carvalho
Nascimento: 25/5/1988
Desaparecimento: 8/9/2004
Local: Araçatuba (SP)



Nome: Ana Catharina Nascimento Ferrer
Nascimento: 29/8/1984
Desaparecimento: 29/12/1989
Local: Parnaíba (PI)



Nome: Breno Augusto Rocha
Nascimento: 8/5/1984
Desaparecimento: 28/1/2000
Local: Rio de Janeiro (RJ)



Nome: Camila da Silva Vaz
Nascimento: 1º/2/1988
Desaparecimento: 15/3/2004
Local: Rio Negrinho (SC)



Nome: Caroline Menezes Cardoso
Nascimento: 9/12/1994
Desaparecimento: 13/4/2003
Local: Rio de Janeiro (RJ)



Nome: Charles Pinto de Araújo
Nascimento: 3/5/1990
Desaparecimento: 11/5/2002
Local: Brasília (DF)



Nome: Douglas da Silva
Nascimento: 29/1/1985
Desaparecimento: 15/7/2000
Local: Rio de Janeiro (RJ)



Nome: Euricléia Anasilva Gonzaga Batista
Nascimento: 6/7/1994
Desaparecimento: 26/3/2004
Local: Goiânia (GO)



Nome: Felipe Alves da Mota
Nascimento: 9/4/1988
Desaparecimento: 31/3/2002
Local: Rio de Janeiro (RJ)



Nome: Francielli de Souza
Nascimento: 13/10/1988
Desaparecimento: 28/10/2004
Local: São José (SC)



Nome: Ismael Luiz Jesus
Nascimento: 25/12/1989
Desaparecimento: 20/3/1997
Local: Brasília (DF)



Nome: Jefferson Gonçalves Passos
Nascimento: 26/10/1984
Desaparecimento: 14/6/1994
Local: São Paulo (SP)



Nome: Joseane Muniz de Jesus
Nascimento: 27/7/1992
Desaparecimento: 25/7/2001
Local: Salvador (BA)



Nome: Josenilda Maria da Silva
Nascimento: 21/9/1988
Desaparecimento: 7/5/2001
Local: Recife (PE)



Nome: Jubiaci Costa Araújo
Nascimento: 24/9/1994
Desaparecimento: 25/11/2003
Local: Salvador (BA)



Nome: Leonardo de Mello Silva
Nascimento: 6/2/1998
Desaparecimento: 14/10/2001
Local: Umuarama (PR)



Nome: Leticia Moraes de Oliveira
Nascimento: 7/1/1992
Desaparecimento: 9/8/1995
Local: Iporã (PR)



Nome: Liliane Ferreira da Silva
Nascimento: 27/1/1985
Desaparecimento: 1º/4/2002
Local: Rio de Janeiro (RJ)



Nome: Luiz Henrique Coelho da Silva
Nascimento: 1º/1/1990
Desaparecimento: 7/11/2002
Local: Belém (PA)



Nome: Macvaldo Matos Gomes
Nascimento: 16/2/1989
Desaparecimento: 23/12/2002
Local: Goiânia (GO)



Nome: Marina Rodrigues Gonçalves
Nascimento: 20/8/1989
Desaparecimento: 16/7/2004
Local: Joinville (SC)



Nome: Mayara Souza Alves
Nascimento: 1º/1/1991
Desaparecimento: 1º/10/2003
Local: Governador Valadares (MG)



Nome: Natália Celeste da Silva Morais
Nascimento: 13/1/1988
Desaparecimento: 21/11/2002
Local: Caratinga (MG)



Nome: Peterson Marcílio Antônio Lacuna dos Anjos
Nascimento: 20/2/1973
Desaparecimento: 17/11/1990
Local: Belo Horizonte (MG)



Nome: Priscila Dias da Silva Boaventura
Nascimento: 18/7/1988
Desaparecimento: 3/12/2002
Local: São Paulo (SP)



Nome: Rafaela Pereira Blois
Nascimento: 1º/12/2000
Desaparecimento: 29/11/2003
Local: Governador Valadares (MG)



Nome: Ranara Lorrane Alves de Melo
Nascimento: 11/5/1990
Desaparecimento: 25/11/2001
Local: Brasília (DF)



Nome: Rodrigo de Souza Martins
Nascimento: 3/6/1992
Desaparecimento: 15/5/1999
Local: Serra (ES)



Nome: Roneldo Lopo Lemos
Nascimento: 4/4/1993
Desaparecimento: 20/1/1996
Local: Planaltina (DF)



Nome: Steffany Conceição Dourado
Nascimento: 14/4/2000
Desaparecimento: 19/2/2001
Local: Goiânia (GO)



Nome: Vanessa Cristina Nos
Nascimento: 26/6/1987
Desaparecimento: 13/3/2003
Local: Telêmaco Borba (PR)



Nome: Wallace de Souza de Freitas
Nascimento: 31/7/1991
Desaparecimento: 2/5/2003
Local: Iturama (MG)

Informações

Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos
Tel: (61) 429-9336
www.desaparecidos.mj.gov.br

Policia Federal
Denúncias sobre tráfico de seres humanos
Tel: (61) 429-9336
www.mj.gov.br/trafico

Serviço de Busca de Paradeiro da Cruz Vermelha Brasileira
Tel: (21) 2221-0658
tracingbrazil@yahoo.com.br
www.cvb.org.br

Secretaria de Justiça e Segurança do RS
www.desaparecidos.rs.gov.br

SOS Crianças Desaparecidas do RJ
Tel: (21) 2299-1495
soscricancadesaparecida@hotmail.com

SOS Crianças Desaparecidas de Goiânia
Disque Denúncia: 0800 62-1177
www.goiania.go.gov.br

Disque-Denúncia Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Tel: 0800 99-0500

Missing Kids
<http://br.missingkids.com>